

O PROGRAMA DO PS E O FUTURO

por Mário Soares

1. Um programa de governo vale o que vale. Pouca gente o lê, como todos sabemos. Mas representa um compromisso, que é uma garantia importante para os eleitores, relativamente à futura governação. Garantia que pode ser invocada, a qualquer momento, e lembrada pelos eleitores, àqueles que o subscreveram, para os obrigar a cumprir. Se assim não for, utilizam-no contra o Governo, no fim da Legislatura, com a arma do voto e, todos os dias, com as críticas fundamentadas que entenderem. É uma regra importante da alternância democrática, própria das democracias pluralistas e pluripartidárias.

Foi, por isso, significativo que o partido que apoia o Governo actual, o PS, se tivesse antecipado a apresentar o seu Programa, intitulado "Avançar Portugal: 2009-2013". Foi o primeiro partido que o fez. Tendo em vista um período de tempo que se prevê extremamente difícil e complexo - de crise global declarada - que teremos de encarar de frente e superar, tão rapidamente quanto possível. Ora isso depende de nós todos, cidadãos portugueses e europeus e, desde logo, das escolhas eleitorais que tivermos ou não a sensatez de fazer: nas próximas eleições legislativas, de longe as mais importantes, nas autárquicas, ambas ainda em 2009 e, depois, nas presidenciais, em 2010. Eleições todas elas decisivas, cujas escolhas devem ser orientadas em função da crise que importa fazer tudo - e bem - para ultrapassar.

O programa apresentado pelo PS está, com efeito, voltado para o futuro. Começa logo com a introdução que contém cinco pontos. São eles: 1. Um programa de ambição para o futuro; 2. Uma atitude de confiança, determinação e iniciativa; 3. O progresso que o País fez; 4. A recuperação económica, interrompida pela crise internacional; 5. Prioridades claras para o futuro.

No entanto, cruzam-se nesta introdução, que se espraia por sete páginas, em letra miúda, duas ideias-força: uma visão do que deverá ser o futuro, com vista a vencer a crise, talvez demasiado sintética; e uma certa defesa do que foi o progresso realizado pelo país sob o governo do PS, ao longo dos últimos quatro anos, que agora terminam. Ora esta última ideia é obviamente polémica e só passada a poeira do tempo, poderá ser analisada com perfeita objectividade. Não é o momento de discutir o passado, porque o que interessa agora à maioria dos eleitores é que garantias lhe são oferecidas para o seu próximo e incerto futuro.

É verdade que é humano que quem fez um esforço imenso para equilibrar as contas públicas, reformar práticas obsoletas, modernizar o País (como é o caso da introdução dos computadores nas Escolas), promover as energias renováveis, lutar pela segurança social, quando a Direita só falava na sua insustentabilidade e pensava em privatizar os serviços públicos e o que restava da banca (como a Caixa Geral dos Depósitos), entre outros exemplos, goste de se defender da avalanche de críticas que os partidos da Oposição, sem excepção, e alguns sindicatos, todos os dias lhes fazem, em alguns casos injustas. É certo. No entanto, isso representa deslocar o debate para o passado, no pior momento - o que é um erro - quando o eleitorado exige sobretudo que seja discutido o seu futuro próximo que, como é natural, vitalmente lhe interessa...

Sucede que o PS é porventura o Partido que tem maior tradição e melhores ideias para vencer a crise. Por ser Socialista e de Esquerda, num momento em que o neo-liberalismo da Direita se desacreditou em todo o Mundo. Com efeito, já ninguém fala em menos Estado e mais privatizações. Pelo contrário: agora pede-se mais intervenção do Estado e mesmo nacionalizações, pelo menos em relação aos bancos e às empresas tecnicamente falidas. Até o Presidente Sarkozy, político típico da Direita francesa, em discurso solene, feito em Versailles, preconizou a eliminação dos paraísos fiscais. E o Papa Bento XVI, na sua última Encíclica, regressou ao pensamento de Leão XIII da "Rerum Novarum" e proclama a necessidade de contar com as pessoas (e não com os negócios ou o dinheiro), bem como de reduzir radicalmente as desigualdades sociais, como forma de combater o desemprego e a crise.

Em Portugal, o PS bateu-se sempre pelo reforço da segurança social, pela luta contra a pobreza, pelo Serviço Nacional de Saúde, que foi criado por um governo PS, pela defesa dos trabalhadores mais desfavorecidos, pela entrada na CEE e pela adesão ao euro. Aliás, o Prof. Doutor Ricardo Reis, português doutorado pela Universidade de Harvard e actual professor de Macroeconomia na Universidade Columbia, em Nova Iorque, num ensaio publicado recentemente em exclusivo pelo jornal "I", demonstrou que o maior aumento do despesismo público foi obra dos governos do PSD, em coligação com o CDS, presididos por Durão Barroso e Santana Lopes.

É perfeitamente natural que assim tenha sido, pelas políticas e a ideologia de Direita que sempre têm orientado, tanto o PPD/PSD como o CDS-PP, apesar das diferenças que caracterizam cada um deles.

Ora, a escolha eleitoral que se põe aos portugueses, nas próximas legislativas, situa-se, quer gostemos ou não, na alternativa entre o PS e o PSD

(este último, em coligação ou não com o CDS-PP). Não se trata de ignorar nem de menosprezar os outros partidos, que representam sectores importantes do eleitorado. Mas tão só de ter em conta, realisticamente, a relação de forças partidárias actuais. Com uma agravante, em tempo de crise mundial e de grandes dificuldades: é que o Povo Português sociologicamente é de Esquerda. Não o devemos ignorar. Que paz nas ruas haveria, em tempos tão difíceis, com um governo instalado de Direita e, para mais, com um Presidente, oriundo do mesmo sector político?...

Acresce que as sondagens - que também valem o que valem, sempre o tenho pensado - dão neste momento, um empate técnico entre os dois maiores partidos: PS e PSD. Com uma diferença essencial: o líder do PS continua a ser o líder mais popular de todos os líderes partidários; e a líder do PSD continua a permanecer no mais baixo da escala, no que se refere à popularidade comparada dos líderes. O que sugere duas coisas: que nem sempre é rentável a concentração excessiva dos ataques numa mesma pessoa; e que nem sempre o silêncio prolongado é de ouro ou a ausência de palcos polémicos é pagável...

Seja como for, há ainda cerca de 20% de indecisos, segundo as mesmas sondagens. Muita coisa está em aberto. Os partidos não podem - ou não devem - entrar em férias. Nem, em meu fraco entender, abusar do marketing eleitoral via televisão. Os espectáculos políticos, em tempos de penúria, chocam. Não falem do passado. Debatam o futuro. Combatam o pessimismo de muitos quanto ao futuro de Portugal que, tendo em vista o que vai pelo mundo, representa um erro inaceitável. Prefiram o contacto com as pessoas, em pequenos grupos. Oçam. Aceitem as críticas. E digam, com clareza, o que pretendem fazer por Portugal, as ideias que os animam, os valores que prezam, como vêem a Europa do futuro, para sair da crise e no pós-crise, a importância da lusofonia e o futuro da CPLP, não só como Comunidade de defesa da língua, mas como espaço de

solidariedade política, económica, cultural e científica. Discutam o que representa Obama na política mundial e como devemos reforçar os laços que nos unem à nova América. Todos sabemos que há um novo paradigma global que está em construção. Queremos ou não alinhar com ele?

É por aí, penso, que se pode - e deve - mobilizar o eleitorado português. Ignorando as polémicas e o que se fez ou errou no passado. Voltando-nos resolutamente para o futuro, invocando os nossos valores ideológicos e integrando-nos na nova esperança que a superação da crise nos suscita.

Lisboa, 4 de Agosto de 2009